

QGEP Participações S.A.

Informações Contábeis Trimestrais - ITR Individual e Consolidada Referentes ao Trimestre Findo em 31 de Março de 2013 e Relatório Sobre a Revisão das Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Mensagem da Administração

2013 será o ano de consolidação da QGEP como Companhia operadora em águas profundas, com o início da perfuração dos poços de desenvolvimento do Campo de Atlanta. Continuamos a desenvolver nosso portfólio balanceado, que inclui ativos operados e não operados; nas fases de exploração, desenvolvimento e produção; e que nos diferencia no setor de óleo e gás no Brasil. Neste trimestre, reportamos um excelente resultado operacional proporcionado pela elevada produção de gás do Campo de Manati e, conseqüentemente, um aumento expressivo na receita e no fluxo de caixa em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. No período, o lucro líquido atingiu R\$65,7 milhões, sustentado por um resultado operacional 20% superior ao primeiro trimestre de 2012. A QGEP encerrou o primeiro trimestre de 2013 com uma posição de caixa superior a R\$1,0 bilhão e sem endividamento.

Dentre os destaques deste primeiro trimestre, ressaltamos:

- ▶ O atendimento à forte demanda das usinas termelétricas brasileiras, com a produção média diária de 6,6 MMm³ de gás no Campo de Manati, em comparação com 6,1 MMm³ no trimestre anterior e 5,2 MMm³ no primeiro trimestre do ano passado;
- ▶ O avanço na implementação do Sistema de Produção Antecipada (SPA) no Campo de Atlanta, de acordo com o cronograma e orçamento;
- ▶ A contratação da sonda *jack-up* (P-VI) da Petrobras para dar continuidade às atividades de perfuração no Bloco BM-J-2, no qual a QGEP possui 100% de participação; e
- ▶ A aprovação pela ANP do Plano de Avaliação revisado do Bloco BM-S-8, que inclui o início da perfuração de um poço de extensão em Carcará no segundo semestre de 2013 e a perfuração de pelo menos um poço em 2014.

Os resultados operacionais obtidos no primeiro trimestre representam um sólido início para este ano, que será de importantes realizações para a QGEP. Foi um período de muito trabalho dedicado ao planejamento das atividades relacionadas aos nossos blocos de modo a assegurar a aquisição de equipamentos que envolvem longos prazos de entrega e reforçar o desenvolvimento de nossa capacidade operacional. Também continuamos a utilizar a capacidade analítica de nossa equipe técnica para alavancar oportunidades tanto por meio de *farm-ins* como a partir de aquisições na próxima licitação da ANP, prevista para meados de maio de 2013.

Conforme já informado ao mercado, no segundo trimestre de 2013, teremos um impacto nos nossos resultados em função da manutenção programada para o Campo de Manati, que terá como consequência uma interrupção temporária da produção, além de custos associados à mesma. No entanto, ficamos satisfeitos em informar que essa manutenção ocorreu integralmente no mês de abril, de forma que tanto a plataforma como a planta de processamento de gás já voltaram a operar normalmente. Com a continuidade de um mercado fortemente demandante ao longo do ano, a expectativa é de retomar uma produção média diária de aproximadamente 6,0 MMm³ no terceiro e no quarto trimestres de 2013. Assim, reafirmamos nossa previsão de que a produção média diária em Manati deverá oscilar entre 5,5 MMm³ e 6,0 MMm³ no ano.

O desempenho operacional positivo nesse trimestre, bem como as perspectivas para os próximos anos, ilustram a estratégia equilibrada da QGEP e proporcionam à Companhia uma base sólida para seu crescimento sustentável de longo-prazo. O fluxo de caixa operacional recorrente e a sólida posição de caixa são fatores chave para suportar o financiamento dos investimentos relacionados ao nosso portfólio atual de ativos. No médio prazo, a futura produção de óleo do Campo de Atlanta proporcionará uma fonte alternativa de receita e oportunidades de crescimento. Além disso, as mais recentes informações do poço Carcará, no pré-sal, apontam para uma descoberta de alto potencial com consequências transformacionais para a Companhia no longo prazo. Para os anos de 2013 e 2014, novas perfurações exploratórias estão programadas, incluindo prospectos com objetivos no pré-sal.

Devido à sua robusta posição de caixa e da ausência de dívida, a QGEP está em condições de se beneficiar de oportunidades do dinâmico mercado de óleo e gás no Brasil para diversificar e expandir sua base de ativos. No último ano, a Companhia vem reforçando sua estrutura organizacional e operacional com vistas a suportar as atividades do portfólio atual e o crescimento previsto para os próximos anos. Vamos mantê-los atualizados quanto aos nossos progressos.



Desempenho Financeiro

As demonstrações financeiras abaixo representam as informações financeiras consolidadas da Companhia para o 1T13 e 1T12. Alguns percentuais e outros valores incluídos neste relatório de desempenho foram arredondados para facilitar sua apresentação e, por essa razão, podem apresentar pequenas diferenças em relação às tabelas e notas das informações trimestrais. Adicionalmente, pela mesma razão, os valores totais apresentados em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

Informações Financeiras Consolidadas (R\$ milhões)

	1T13	1T12	Δ%
Lucro líquido do período	65,7	69,2	-5,1%
Amortização e depreciação	23,6	17,3	36,2%
Receita financeira líquida	(18,3)	(39,3)	53,3%
Imposto de renda e contribuição social	5,6	14,0	-60,2%
EBITDA⁽¹⁾	76,5	61,3	24,9%
Baixa de poços secos ou sub Comerciais ⁽²⁾	1,4	-	N/D
EBITDAX⁽³⁾	77,9	61,3	27,2%
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	58,0%	63,8%	-9,1%
Margem EBITDAX ⁽⁵⁾	59,1%	63,8%	-7,4%
Dívida líquida ⁽⁶⁾	(1.034,3)	(891,5)	-16,0%
Dívida líquida/EBITDAX	-3,43	-6,43	46,7%

⁽¹⁾ O cálculo do EBITDA considera o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro e das despesas com amortização. O EBITDA não é uma medida financeira segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, ou o IFRS. Tampouco deve ser considerado, isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da utilizada na QGEP. Além disso, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia em razão de não considerar determinados custos inerentes ao negócio que poderiam afetar, de maneira significativa, os resultados líquidos, tais como resultado financeiro líquido, tributos e amortização. A QGEP utiliza o EBITDA como medida adicional de seu desempenho operacional.

⁽²⁾ Baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais.

⁽³⁾ EBITDAX é uma medida utilizada pelo setor de óleo e gás calculada pela seguinte fórmula: EBITDA + baixa de poços secos ou sub comerciais.

⁽⁴⁾ EBITDA dividido pela receita líquida.

⁽⁵⁾ EBITDAX dividido pela receita líquida.

⁽⁶⁾ A dívida líquida corresponde à dívida total, incluindo empréstimos e financiamentos correntes e de longo prazo, e instrumentos financeiros derivativos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A dívida líquida não é reconhecida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) ou o US GAAP, ou ainda quaisquer outros princípios de contabilidade geralmente aceitos. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da utilizada na QGEP.

Resultado Operacional

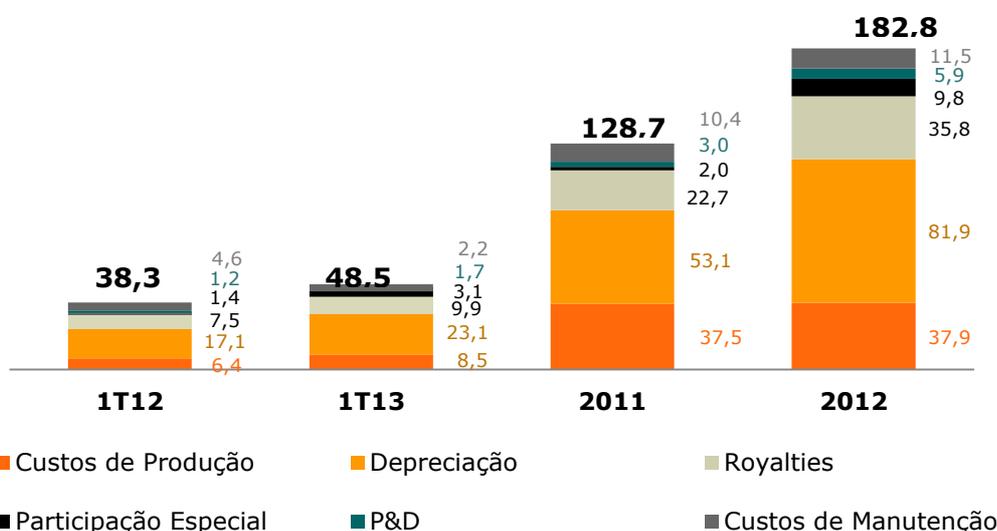
Demonstração do Resultado do Exercício (R\$ milhões)

	1T13	1T12	Δ%
Receita Líquida	131,9	96,0	37,4%
Custos operacionais	(48,5)	(38,3)	-26,6%
Lucro (Prejuízo) Bruto	83,4	57,7	44,6%
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	(16,7)	(10,7)	-56,6%
Equivalência Patrimonial	(0,2)	-	N/D
Gastos Exploratórios	(13,5)	(3,0)	N/D
Outras despesas operacionais líquidas	-	-	N/D
Resultado operacional antes do resultado financeiro	52,9	44,0	20,4%
Resultado financeiro líquido	18,3	39,3	-53,3%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	71,3	83,2	-14,3%
Imposto de renda e contribuição social	(5,6)	(14,0)	60,2%
Lucro líquido do período	65,7	69,2	-5,1%

A receita líquida no 1T13 foi de R\$131,9 milhões, aumento de 37,4% em relação ao 1T12. Como ocorreu em trimestres anteriores, houve forte demanda por parte das usinas termelétricas brasileiras devido à estiagem prolongada no Brasil, o que resultou em altos níveis de produção no Campo de Manati.

A produção diária recorde de 6,6 MMm³ no primeiro trimestre levou a um aumento de 26,6% nos custos operacionais, que atingiram R\$ 48,5 milhões, incluindo: R\$ 23,1 milhões em amortizações, R\$ 8,5 milhões em custos de produção, R\$ 9,9 milhões em royalties, R\$ 4,8 milhões em participação especial e pesquisa e desenvolvimento e R\$2,2 milhões em custos de manutenção.

Custos Operacionais (R\$ milhões)



Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas alcançaram R\$16,7 milhões no 1T13, montante R\$6,0 milhões superior ao registrado no mesmo período de 2012. A variação reflete as novas atribuições da QGEP como operador e consequente aumento do quadro de funcionários. O saldo também incluiu R\$1,0 milhão de despesas não recorrentes relativas à participação na próxima Rodada de Licitação da ANP.

Gastos exploratórios

Os gastos exploratórios totais no trimestre somaram R\$13,5 milhões, um aumento de R\$10,5 milhões em relação ao 1T12. Do montante de R\$13,5 milhões no 1T13, R\$9,8 milhões se referem a despesas com dados sísmicos para potenciais aquisições, bem como para o último *farm-in* realizado pela Companhia, BM-C-27.

Resultado Financeiro Líquido

No 1T13, a Companhia apresentou resultado financeiro líquido de R\$18,3 milhões, o que representa redução significativa em relação aos R\$39,3 milhões registrados no mesmo trimestre do ano anterior. A variação é resultado principalmente da redução da taxa de juros básica no Brasil no período, além do resultado positivo da variação cambial sobre passivos registrados em 2012. O resultado financeiro líquido do trimestre incluiu R\$18,8 milhões em receitas financeiras e R\$0,5 milhão em despesas financeiras.

Lucro Líquido

O lucro líquido da Companhia no 1T13 foi de R\$65,7 milhões, uma redução de 5,1% em relação ao resultado obtido no 1T12. O excelente desempenho operacional no trimestre, refletido nas linhas de receita e de EBITDAX, resultou em um lucro líquido elevado, mesmo considerando um menor resultado financeiro neste trimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Destaques do Balanço / Fluxo de Caixa

Balanço Patrimonial (R\$ milhões)

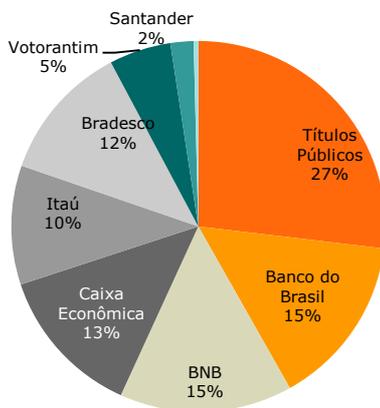
	1T13	4T12	Δ%
Ativo			
Circulante	1.180,9	1.100,1	7,3%
Caixa e equivalentes de Caixa	674,1	871,3	-22,6%
Apliações financeiros	360,2	80,9	N/D
Contas a Receber	101,2	92,8	9,0%
Impostos e contribuições a recuperar	18,9	35,7	-47,1%
Outros	26,5	19,3	37,0%
Não Circulante	1.326,9	1.334,0	-0,5%
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	27,7	24,2	14,3%
Impostos a recuperar	0,4	0,4	-
Investimentos	4,3	-	N/D
Imobilizado	758,2	773,2	-1,9%
Intangível	536,3	536,1	-
Total do Ativo	2.507,7	2.434,0	3,0%
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante	96,7	89,8	7,7%
Fornecedores	36,2	32,5	11,4%
Impostos e contribuições a recolher	30,1	23,8	26,5%
Remuneração e obrigações sociais	6,7	11,7	-42,5%
Contas a pagar - partes relacionadas	0,3	0,1	196,5%
Empréstimos e financiamentos	-	-	N/D
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	10,7	9,0	18,4%
Outras obrigações	12,7	12,7	-
Não Circulante	114,8	116,5	-1,5%
Empréstimos e financiamentos	-	-	N/D
Provisão para abandono	114,8	116,5	-1,5%
Patrimônio líquido	2.296,3	2.227,8	3,1%
Capital social integralizado	2.078,1	2.078,1	-
Outros resultados abrangentes	0,2	-	N/D
Reserva de lucros	176,4	176,4	-
Reserva de capital	(24,1)	(26,7)	9,8%
Lucro líquido do período	65,7	-	N/D
Total do passivo e patrimônio líquido	2.507,7	2.434,0	3,0%

Caixa (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras)

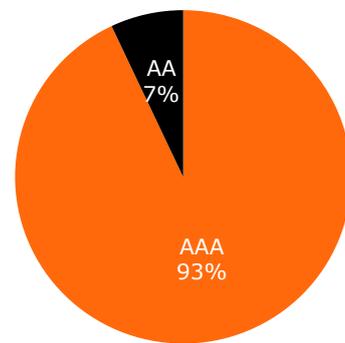
Ao final do 1T13, o saldo de caixa e a posição líquida de caixa da Companhia totalizavam R\$1.034,3 milhões.

O caixa é investido em fundos exclusivos e em ativos de renda fixa, todos em reais. Aproximadamente 92% dos fundos têm liquidez diária. O rendimento médio da carteira acumulado até 31 de março de 2013 foi de 101,6% do CDI. A distribuição dos fundos é apresentada nos gráficos abaixo.

Distribuição dos Investimentos



Ratings*



*Não inclui títulos públicos

Contas a Receber/Pagar

O saldo de contas a receber totalizou R\$101,2 milhões ao final do 1T13, comparado a R\$92,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. O saldo de contas a pagar foi de R\$36,2 milhões ao final do trimestre, similar ao valor total de R\$32,5 milhões registrado no final de 2012.

Endividamento

A QGEP encerrou o 1T13 sem endividamento. Conforme divulgado anteriormente, a Companhia eliminou sua dívida durante o segundo trimestre de 2012, após quitar os empréstimos do BNDES e do BNB, relativos ao desenvolvimento do Campo de Manati.

Fluxo de Caixa (R\$ milhões)			
	1T13	1T12	Δ%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	65,7	69,2	-5,1%
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Amortização e depreciação	23,6	17,3	36,2%
Equivalencia Patrimonial	0,2	-	N/D
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(0,1)	N/D
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	1,9	N/D
Despesas com plano de opções de ações	2,6	1,5	78,2%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(5,6)	14,0	139,5%
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	1,7	1,2	33,9%
Variação cambial nas contas a pagar para aquisição de blocos exploratórios	-	(22,8)	N/D
Variação cambial sobre provisão para abandono	(1,7)	(3,1)	44,8%
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	1,3	(2,9)	143,9%
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	10,9	(20,7)	152,4%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	98,7	55,7	77,1%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(295,9)	(232,3)	-27,4%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(30,1)	N/D
Ajustes acumulados na conversão	0,1	-	N/D
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(197,2)	(206,6)	4,6%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	871,3	1.022,0	-14,7%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	674,1	815,4	-17,3%
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(197,2)	206,6	4,6%

Fluxo de Caixa Operacional

O fluxo de caixa operacional da QGEP totalizou R\$98,7 milhões no primeiro trimestre de 2013, montante 77,1% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. A evolução se deve ao recorde de produção no primeiro trimestre deste ano registrado no Campo de Manati.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. (“Companhia”) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITRs, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das Informações Contábeis Intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITRs. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 1, até a presente data, a transferência do contrato de concessão de exploração de petróleo e gás natural da Companhia Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") referente aos blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146 (parte da concessão do BM-C-27) para a Companhia ainda depende da anuência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"). Nosso relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITRs mencionadas no primeiro parágrafo acima não está ressalvado em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2013


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


John Alexander Harold Auton
Contador
CRC RJ-078183/O-2

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265.806.905
Preferenciais	0
Total	265.806.905
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.588.956
Preferenciais	0
Total	3.588.956

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	2.296.708	2.227.976
1.01	Ativo Circulante	2.479	3.200
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.277	665
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	202	2.535
1.01.08.03	Outros	202	2.535
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	0	2.428
1.01.08.03.02	Imposto de renda sobre aplicação financeira	114	99
1.01.08.03.03	Outras despesas	88	8
1.02	Ativo Não Circulante	2.294.229	2.224.776
1.02.02	Investimentos	2.294.229	2.224.776
1.02.02.01	Participações Societárias	2.294.229	2.224.776
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.294.229	2.224.776

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	2.296.708	2.227.976
2.01	Passivo Circulante	398	179
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33	41
2.01.01.01	Obrigações Sociais	33	41
2.01.02	Fornecedores	328	101
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	328	101
2.01.03	Obrigações Fiscais	37	37
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	37	37
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	37	37
2.03	Patrimônio Líquido	2.296.310	2.227.797
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-24.072	-26.702
2.03.02.04	Opções Outorgadas	14.827	12.197
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-38.899	-38.899
2.03.04	Reservas de Lucros	176.383	176.383
2.03.04.01	Reserva Legal	10.510	10.510
2.03.04.10	Reserva para investimento	165.873	165.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	65.725	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	158	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	65.714	69.236
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-951	-933
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	66.665	70.169
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	65.714	69.236
3.06	Resultado Financeiro	11	10
3.06.01	Receitas Financeiras	8	63
3.06.02	Despesas Financeiras	3	-53
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	65.725	69.246
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	65.725	69.246
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	65.725	69.246
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,25000	0,26000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,25000	0,26000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	65.725	69.246
4.02	Outros Resultados Abrangentes	158	0
4.02.01	Ajustes acumulados na conversão	158	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	65.883	69.246

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-815	-876
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-940	-923
6.01.01.01	Lucro líquido	65.725	69.246
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-66.665	-70.169
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	125	47
6.01.02.02	Outros ativos	-95	-619
6.01.02.03	Fornecedores	227	769
6.01.02.05	Partes relacionadas	0	-103
6.01.02.06	Outros passivos	-7	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.428	0
6.02.02	Dividendos recebidos	2.428	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1	0
6.03.03	Pagamento de dividendos	-1	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.612	-876
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	665	2.705
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.277	1.829

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.725	158	65.883
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	65.725	0	65.725
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	158	158
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	158	158
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.630	0	0	0	2.630
5.06.01	Constituição de Reservas	0	2.630	0	0	0	2.630
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-24.072	176.383	65.725	158	2.296.310

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.246	0	69.246
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.246	0	69.246
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.476	0	0	0	1.476
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.476	0	0	0	1.476
5.07	Saldos Finais	2.078.116	5.207	93.916	69.246	0	2.246.485

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-383	-489
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-383	-489
7.03	Valor Adicionado Bruto	-383	-489
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-383	-489
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	66.672	70.232
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	66.665	70.169
7.06.02	Receitas Financeiras	7	63
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	66.289	69.743
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	66.289	69.743
7.08.01	Pessoal	466	370
7.08.01.01	Remuneração Direta	457	370
7.08.01.02	Benefícios	9	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	93	71
7.08.02.01	Federais	93	71
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5	56
7.08.03.01	Juros	-3	53
7.08.03.03	Outras	8	3
7.08.03.03.01	Despesas bancárias	8	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	65.725	69.246
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	65.725	69.246

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	2.507.739	2.434.042
1.01	Ativo Circulante	1.180.850	1.100.063
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	674.135	871.322
1.01.02	Aplicações Financeiras	360.200	80.947
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	360.200	80.947
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	360.200	80.947
1.01.03	Contas a Receber	101.152	92.769
1.01.03.01	Clientes	101.152	92.769
1.01.04	Estoques	9.457	9.403
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.888	35.698
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.888	35.698
1.01.06.01.01	Antecipação de IR e CSLL	0	5.168
1.01.06.01.02	IRRF sobre aplicação financeira	279	13.258
1.01.06.01.03	Imposto a recuperar	18.029	16.581
1.01.06.01.04	Outros	580	691
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.018	9.924
1.01.08.03	Outros	17.018	9.924
1.01.08.03.02	Outros	17.018	9.924
1.02	Ativo Não Circulante	1.326.889	1.333.979
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	28.120	24.661
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	27.690	24.231
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	27.690	24.231
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	430	430
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	430	430
1.02.02	Investimentos	4.277	0
1.02.02.01	Participações Societárias	4.277	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	4.277	0
1.02.03	Imobilizado	758.168	773.188
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	458.864	476.268
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	299.304	296.920
1.02.04	Intangível	536.324	536.130
1.02.04.01	Intangíveis	536.324	536.130
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	533.763	533.763
1.02.04.01.02	Outros	2.561	2.367

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	2.507.739	2.434.042
2.01	Passivo Circulante	96.659	89.783
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.734	11.712
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.241	577
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.493	11.135
2.01.02	Fornecedores	36.231	32.517
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.231	32.517
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	36.231	32.517
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.104	23.795
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.417	13.616
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.885	838
2.01.03.01.02	PIS / COFINS	14.505	12.744
2.01.03.01.03	Outros	27	34
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	5.077	4.468
2.01.03.02.01	ICMS	5.077	4.468
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.610	5.711
2.01.03.03.01	Royalties	3.480	3.130
2.01.03.03.02	Participação especial	3.130	2.581
2.01.05	Outras Obrigações	12.906	12.739
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	252	85
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	252	85
2.01.05.02	Outros	12.654	12.654
2.01.06	Provisões	10.684	9.020
2.01.06.02	Outras Provisões	10.684	9.020
2.01.06.02.04	Provisões para pesquisa e desenvolvimento	10.684	9.020
2.02	Passivo Não Circulante	114.770	116.462
2.02.04	Provisões	114.770	116.462
2.02.04.02	Outras Provisões	114.770	116.462
2.02.04.02.04	Provisão para abandono	114.770	116.462
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.296.310	2.227.797
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-24.072	-26.702
2.03.02.04	Opções Outorgadas	14.827	12.197
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-38.899	-38.899
2.03.04	Reservas de Lucros	176.383	176.383
2.03.04.01	Reserva Legal	10.510	10.510
2.03.04.10	Reserva para investimento	165.873	165.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	65.725	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	158	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	131.899	95.987
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-48.501	-38.317
3.03	Resultado Bruto	83.398	57.670
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.463	-13.714
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.721	-10.677
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.525	-3.037
3.04.05.01	Gastos exploratórios para extração de petróleo e gás	-13.525	-3.037
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-217	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	52.935	43.956
3.06	Resultado Financeiro	18.345	39.252
3.06.01	Receitas Financeiras	18.812	53.177
3.06.01.01	Receita financeira	17.079	27.340
3.06.01.02	Variação cambial ativa	1.733	25.837
3.06.02	Despesas Financeiras	-467	-13.925
3.06.02.01	Despesas financeiras	-467	-2.435
3.06.02.02	Variação cambial passiva	0	-11.490
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	71.280	83.208
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.555	-13.962
3.08.01	Corrente	-5.555	-14.048
3.08.02	Diferido	0	86
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	65.725	69.246
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	65.725	69.246
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	65.725	69.246
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,25000	0,26000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,25000	0,26000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	65.725	69.246
4.02	Outros Resultados Abrangentes	158	0
4.02.01	Ajustes acumulados na conversão	158	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	65.883	69.246
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	65.883	69.246

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	98.691	55.738
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	86.566	79.342
6.01.01.01	Lucro líquido do período	65.725	69.246
6.01.01.02	Amortização e depreciação	23.565	17.307
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-86
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	0	1.941
6.01.01.05	Baixa de imobilizado	0	5
6.01.01.06	Plano de opção de ação	2.630	1.476
6.01.01.07	Provisão para imposto de renda e contribuição social	-5.555	14.048
6.01.01.08	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	1.664	1.243
6.01.01.09	Variação cambial sobre contas a pagar aquisição bloco exploratório	0	-22.773
6.01.01.10	Variação cambial sobre provisão para abandono	-1.692	-3.065
6.01.01.11	Instrumentos financeiros derivativos	12	0
6.01.01.12	Equivalência patrimonial	217	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	12.125	-23.604
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-8.383	-698
6.01.02.02	Impostos a recuperar	16.810	1.833
6.01.02.03	Outros ativos	-7.161	-4.020
6.01.02.04	Fornecedores	3.805	-8.612
6.01.02.05	Impostos a recolher	16.258	-2.584
6.01.02.06	Juros pagos	0	-2.067
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.393	-5.084
6.01.02.08	Partes relacionadas	167	12
6.01.02.09	Outros passivos	-4.978	-2.384
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-295.944	-232.251
6.02.01	Caixa restrito	-3.459	-2.019
6.02.02	Aplicações financeiras	-279.253	30.228
6.02.03	Pagamento de imobilizado	-8.393	-17.019
6.02.04	Pagamentos de intangível	-345	-243.441
6.02.05	Aumento de capital empresas exterior	-4.494	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1	-30.079
6.03.03	Pagamento de financiamentos	0	-30.079
6.03.04	Pagamento de dividendos	-1	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	67	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-197.187	-206.592
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	871.322	1.021.951
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	674.135	815.359

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797	0	2.227.797
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797	0	2.227.797
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.725	158	65.883	0	65.883
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	65.725	0	65.725	0	65.725
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	158	158	0	158
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	158	158	0	158
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.630	0	0	0	2.630	0	2.630
5.06.01	Constituição de Reservas	0	2.630	0	0	0	2.630	0	2.630
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-24.072	176.383	65.725	158	2.296.310	0	2.296.310

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763	0	2.175.763
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763	0	2.175.763
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.246	0	69.246	0	69.246
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.246	0	69.246	0	69.246
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.476	0	0	0	1.476	0	1.476
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.476	0	0	0	1.476	0	1.476
5.07	Saldos Finais	2.078.116	5.207	93.916	69.246	0	2.246.485	0	2.246.485

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	174.757	170.032
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	166.364	124.232
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	8.393	45.800
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.284	-67.062
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.153	-15.113
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.352	-48.746
7.02.04	Outros	-4.779	-3.203
7.03	Valor Adicionado Bruto	135.473	102.970
7.04	Retenções	-23.565	-17.307
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.565	-17.307
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	111.908	85.663
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.862	27.340
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-217	0
7.06.02	Receitas Financeiras	17.079	27.340
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	128.770	113.003
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	128.770	113.003
7.08.01	Pessoal	11.852	6.713
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.646	6.325
7.08.01.02	Benefícios	816	233
7.08.01.03	F.G.T.S.	390	155
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.358	48.720
7.08.02.01	Federais	22.463	25.921
7.08.02.02	Estaduais	14.840	13.842
7.08.02.03	Municipais	14.055	8.957
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-165	-11.676
7.08.03.01	Juros	467	2.436
7.08.03.02	Aluguéis	870	138
7.08.03.03	Outras	-1.502	-14.250
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	65.725	69.246
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	65.725	69.246

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1.301 - Centro (a “Companhia” ou “QGEPP”) foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), passando esta última a ser sua subsidiária integral.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e sua controlada, Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), são referidas em conjunto nestas informações financeiras trimestrais como “Grupo”.

Em 04 de novembro de 2012, foi constituída a Atlanta Field B.V. (“AFBV”), com sede na cidade de Roterdã, Holanda, tendo como objeto social a compra, venda e locação de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás. Em 31 de dezembro de 2012 esta controlada não detinha transações e reflexos contábeis afetando as demonstrações financeiras consolidadas (apenas divulgações).

No trimestre findo em 31 de março de 2013 ocorreram as seguintes e relevantes transações na controlada e sua controlada indireta:

- Aumento de capital
- Adiantamentos a fornecedores

Em 30 de novembro de 2012 a controlada indireta Manati S.A. (“Manati”), foi incorporada pela controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), sua controladora integral (nota explicativa 2.5).

Informações sobre as operações do Grupo

Em 31 de março de 2013, o Grupo apresenta em seu portfólio participação em nove concessões de E&P localizados na porção offshore da Margem Continental Brasileira. Desses, três estão situados na Bacia de Camamu-Almada (BCAM-40, BM-CAL-5 e BM-CAL-12, este composto pelos Blocos CAL-M-312 e CAL-M-372); um na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2), um na Bacia de Campos (BM-C-27, composto pelos Blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146) e quatro na Bacia de Santos (Coral, BM-S-12, BM-S-8 e BS-4). Dos blocos citados, a QGEP é operadora dos blocos BM-J-2 e BS-4 e os demais são operados pela Petrobras.

As concessões BCAM-40 e BS-4 estão na fase de produção e desenvolvimento, respectivamente, e os demais na fase de exploração. No BCAM-40 estão situados os campos de Manati e Camarão Norte, e se encontram, respectivamente, nas fases de produção e desenvolvimento da produção. No BS-4 estão situados os campos de Atlanta e Oliva e se encontram em desenvolvimento da produção. O Campo Coral encontra-se desativado. Nas concessões BM-CAL-5, BM-S-8, BM-S-12 e BM-C-27, está em andamento o plano de avaliação de descoberta, enquanto as concessões BM-CAL-12 e BM-J-2 estão no primeiro período exploratórios.

O contrato de concessão dos blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146 (BM-C-27) adquirido em 10 de outubro de 2012 junto a Petrobras, está em processo de transferência para a QGEP, dependendo da anuência da ANP.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

No terceiro trimestre de 2011, a perfuração do prospecto Alto de Canavieiras referente ao Bloco BM-J-2 foi interrompida temporariamente em função da condicionante da licença ambiental emitida pelo IBAMA que restringe atividades de perfuração em determinados períodos do ano neste local. A licença ambiental é válida até junho de 2013. A Companhia planeja o retorno às atividades exploratórias ainda no primeiro semestre de 2013.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações financeiras trimestrais consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem:

- As informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB;
- As informações financeiras trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações financeiras trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações financeiras trimestrais individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações financeiras trimestrais separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, conforme aplicável.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações financeiras consolidadas.

Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia, em 31 de março de 2013, compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	País de <u>operação</u>	Porcentagem de <u>participação - %</u> <u>Controle</u>		<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
QGEP	Brasil	Direto	Controlada	100%	100%
QGEP Netherlands	Holanda	Indireto	Controlada	100%	-

2.4. Participações em empreendimentos em conjunto (“*joint venture*”)

Uma “*joint venture*” é um acordo contratual através do qual a Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “*joint venture*” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de “*joint venture*” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A Companhia e suas controladas apresentam suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas informações financeiras trimestrais usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	País de <u>operação</u>	Porcentagem de <u>participação - %</u> <u>Controle</u>	Tipo <u>de negócio</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
AFBV	Holanda	Indireto	Negócios em conjunto	30%	100%

2.5. Incorporação Manati S.A.

Em 30 de novembro de 2012, a controlada indireta Manati foi incorporada pela controlada direta QGEP. O acervo líquido incorporado, no valor de R\$612.352, foi integralizado na QGEP, sendo, portanto, registrado como capital social desta empresa. Adicionalmente por conta da incorporação, foram eliminados os saldos a receber e a pagar entre as mesmas. Esse processo não gerou ágio.

2.6. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento, exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.8. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio (Nota explicativa 6).

2.9. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.10. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás (imobilizado, intangível e gastos exploratórios para extração de petróleo e gás)

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “Exploration for and evaluation of mineral resources”.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“*dryhole*”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

- Para transações de farm-in em que a Companhia tem efetuado contratos para suportar financeiramente gastos exploratórios do parceiro que procedeu a venda de participação nos blocos exploratórios (“Farmor”) e/ou “carrego”. Esses gastos compromissados são refletidos nos registros contábeis quando do respectivo progresso dos futuros gastos exploratórios.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externo de acordo com padrões internacional e revisado anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção no momento.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e com base nas estimativas revisadas pela Administração quando esta é a operadora, e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 14). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado do exercício.

2.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.10, os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 31 de março de 2013, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

2.12. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

2.13. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (Nota explicativa 13).

2.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.15. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações financeiras trimestrais. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração.

2.16. Incentivos fiscais

Como estava localizada na área de abrangência da SUDENE, a sua controlada indireta Manati, detinha o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada indireta Manati até a data de sua incorporação pela QGEP. A formalização da transferência do benefício, em função da incorporação (nota explicativa 2.5), foi homologada a transferência em abril 2013. Nos termos do Decreto nº 64.214/69, a QGEP é elegível ao benefício por sucessão em virtude da incorporação de sua controlada integral Manati.

2.17. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 22 iii.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações” que registrou o benefício aos empregados.

2.18. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.19. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.20. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.20.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB's e debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.20.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito classificado nesta categoria.

2.20.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. O Grupo possui contas a receber, caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

2.20.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.21. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.21.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.21.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.22. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais, é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada e a controlada em conjunto, sediadas na Holanda, utilizam o Dólar norte americano (US\$). As informações financeiras trimestrais das controladas e controladas em conjunto são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da QGEPP.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo).

2.22.1. Conversão de moeda estrangeira

As informações financeiras trimestrais consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de ajuste acumulada de conversão..

2.23. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.24. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes e partes relacionadas, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos e encargos financeiros. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.25. Resultado líquido por ação

Calculada com base no número médio ponderado de ações ordinário total (Nota explicativa 22 ii).

2.26. Novas normas, alterações e interpretações

- a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações, referente às suas operações, que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Instrumentos Financeiros - Divulgação	1º de janeiro de 2015
IFRS 9 / CPC 14	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de julho de 2015
IAS 32 / CPC 39	Instrumentos Financeiros - Apresentação	1º de janeiro de 2014

- b) Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2013.

As normas a seguir relacionadas, referente às informações da Companhia, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 ou em períodos subsequentes.

A Companhia avaliou que as mesmas não possuem um efeito relevante sobre as suas informações e demonstrações contábeis.

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 10 / CPC 36 (R3)	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11 / CPC16 (R2)	Acordo Contratual Conjunto	1º de janeiro de 2013
IFRS 12 / CPC 45	Divulgação de Participação em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13 / CPC 46	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
IAS 1 / CPC 26 (R1)	Apresentação das demonstrações financeiras	1º de janeiro de 2013
IAS 16 / CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2013
IAS 19 / CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 27 / CPC 35 (R2)	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28 / CPC 18 (R2)	Investimentos em Coligadas e Controladas	1º de janeiro de 2013
IAS 34 / CPC 21 (R1)	Demonstrações Financeiras Intermediárias	1º de janeiro de 2013

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 31 de março de 2013 é de R\$27.690. Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na Nota explicativa nº 8.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota explicativa 2.10, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada período. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas as taxas de câmbio, o volume de produção, gastos exploratórios e compromissos e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências encontram-se dispostas em nota explicativa das informações financeiras trimestrais (Nota explicativa 13).

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das informações financeiras trimestrais é feita quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.2.5. Amortização do ativo imobilizado e intangível e provisão para abandono e desmantelamento de áreas

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas informações financeiras trimestrais como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (Nota explicativa 2.10), de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

A metodologia de cálculo dessa provisão consiste em estimar na data base das informações financeiras trimestrais quanto a Companhia desembolsaria com o abandono e desmantelamento de suas áreas produtivas. O montante da provisão estimada é indexado em moeda estrangeira dólar americano.

A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado (Nota explicativa 14).

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidos ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na Nota explicativa 2.10. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação no lucro e resultado paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e depósitos bancários	174	7	6.380	3.562
CDB's e debêntures	2.103	658	154.627	150.732
Fundos de investimentos exclusivo (*)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>513.128</u>	<u>717.028</u>
Total	<u>2.277</u>	<u>665</u>	<u>674.135</u>	<u>871.322</u>

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), operações compromissadas (lastro em debêntures e títulos públicos) e investimentos em fundo exclusivo, possuindo alta liquidez e rentabilidade indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundos de investimentos exclusivo	<u>360.200</u>	<u>80.947</u>
Total	<u>360.200</u>	<u>80.947</u>

A Companhia possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, que aplica em cotas de fundos exclusivos de renda fixa, lastreados em títulos públicos, indexados a Selic, e privados indexadas à variação da taxa do CDI. As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são compostas pelos títulos e saldos demonstrados abaixo:

<u>Produto</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Compromissada (debêntures)	83.478	210.604
CDB/ CDI (pós-fixado)	<u>429.650</u>	<u>506.424</u>
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>513.128</u>	<u>717.028</u>
Títulos públicos (LFT / NTN)	277.327	29.611
Letras Financeiras (Votorantim, Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e CEF)	<u>82.873</u>	<u>51.336</u>
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>360.200</u>	<u>80.947</u>

A rentabilidade média dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 101,6% do CDI Selic no acumulado do período findo em 31 de março de 2013.

5. CONTAS A RECEBER

A QGEP tem um contrato de longo prazo a partir de 2007 (vencimento até julho/2030) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Materiais	9.457	9.403

Composto por materiais necessários à execução da campanha de perfuração exploratória.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Passivo — circulante</u>		
Contas a pagar - QGOG (b)	<u>252</u>	<u>85</u>
Total	<u>252</u>	<u>85</u>

	Consolidado	
	<u>01/01/2013</u> a <u>31/03/2013</u>	<u>01/01/2012</u> a <u>31/03/2012</u>
<u>Resultado</u>		
Despesas gerais e administrativas (b)	252	341
Despesas financeiras (a)	-	142

(a) Refere-se aos encargos financeiros sobre as fianças dos empréstimos junto ao BNB/BNDES, cujos financiamentos foram liquidados em 15 de maio de 2012.

(b) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG prestou à Manati e presta à QGEP. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m.

7.1. Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	<u>01/01/2013</u> <u>a 31/03/2013</u>	<u>01/01/2012</u> <u>a 31/03/2012</u>	<u>01/01/2013</u> <u>a 31/03/2013</u>	<u>01/01/2012</u> <u>a 31/03/2012</u>
Benefícios de curto prazo	577	427	2.314	1.130
Plano de opção de ações	-	-	1.549	868

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na Nota explicativa 25.

8. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundo da provisão de abandono (a)	<u>27.690</u>	<u>24.231</u>
Total caixa restrito	<u>27.690</u>	<u>24.231</u>

(a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati (fundo de abandono - vide Nota explicativa 14) e são integralmente aplicadas no Banco Bradesco. A rentabilidade média do fundo foi equivalente a 0,92% no período findo em 31 de março de 2013 (9,19% no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

9.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Antecipação IR e CS	-	5.168
IRRF sobre aplicação financeira (*)	279	13.258
Imposto a recuperar	18.029	16.581
Outros	<u>1.010</u>	<u>1.121</u>
Total	<u>19.318</u>	<u>36.128</u>
Circulante	<u>18.888</u>	<u>35.698</u>
Não circulante	<u>430</u>	<u>430</u>

(*) Refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

9.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
ICMS (a)	-	-	5.077	4.468
Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.162	-
IRRF	37	37	2.551	644
PIS/COFINS (a)	-	-	14.505	12.709
Royalties (b)	-	-	3.480	3.130
Participação especial (c)	-	-	3.130	2.581
Outros	-	-	199	263
Total circulante	<u>37</u>	<u>37</u>	<u>30.104</u>	<u>23.795</u>

- (a) Débitos referentes aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.
- (b) Royalties sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 19.
- (c) Participação especial sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 19.

9.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora	
	<u>01/01/13 a 31/03/13</u>	<u>01/01/12 a 31/03/12</u>
Resultado antes do IR e CSLL	<u>65.725</u>	<u>69.246</u>
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(22.347)</u>	<u>(23.544)</u>
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	<u>22.666</u>	<u>23.858</u>
Prejuízos fiscais não ativados (a)	<u>(319)</u>	<u>(314)</u>
Imposto de renda/contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referente a 100% dos prejuízos fiscais e base negativa da QGEPP. Em 31 de março de 2013 a QGEPP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$64.246 (R\$ 63.307 em 31 de dezembro de 2012), sendo que a QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.

	Consolidado	
	01/01/13 a 31/03/13	01/01/12 a 31/03/12
Lucro antes do IR e CSLL	71.280	83.208
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(24.235)	(28.291)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Incentivos fiscais (a)	13.826	9.902
Prejuízos fiscais não ativados (b)	(319)	(845)
Despesas indedutíveis (receita não tributável):		
Permanentes (c)	(2.124)	5.272
Temporais	549	-
Compensação de prejuízos fiscais	<u>6.748</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(5.555)</u>	<u>13.962</u>
Imposto de renda/contribuição social diferidos	-	86
Imposto de renda/contribuição social correntes	(5.555)	(14.048)

- (a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (vide Nota 2.16).
- (b) Em 31 de março de 2013 a QGEP possuía prejuízos fiscais de R\$52.522 (R\$71.211 em 31 de dezembro de 2012) e base negativa de contribuição social no montante de R\$68.109 (R\$91.169 em 31 de dezembro de 2012), sendo que a investida QGEP não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não apresentar histórico de lucratividade até a corrente data.
- (c) Em 31 de março de 2013, refere-se a provisão do plano de opção de ações e PLR. Em 31 de março de 2012, refere-se ao diferimento da tributação do lucro sobre o contrato com empresa pública, sociedade de economia mista.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do período:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação e capital votante e total detidos - %
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Indireta	QGEP Netherlands	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	30%

10.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas direta e indireta são:

	<u>QGEP</u>	<u>QGEP Netherlands</u>	<u>AFBV</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.352.711	1.000	3.000
Percentual de participação direta	100%	100%	30%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Capital social	2.042.553	2	20
Patrimônio líquido	2.294.229	8.440	14.992
Resultado do exercício	66.665	(286)	(724)
Ativo	2.509.582	8.510	14.991
Passivo	215.352	70	735
Receita líquida	131.899	-	-

A movimentação dos investimentos da QGEPP na controlada direta QGEP apresentado nas informações financeiras trimestrais individuais e consolidado, é como segue:

	<u>Controladora R\$</u>	<u>Consolidado R\$</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012	2.224.776	-
Aumento de capital	-	4.494
Plano de opção de ações	2.630	-
Ajustes acumulados de conversão	158	-
Resultado de equivalência patrimonial (a)	<u>66.665</u>	<u>(217)</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>2.294.229</u>	<u>4.277</u>

(a) Resultado apurado pela investida no período findo em 31 de março de 2013.

10.3. Informações sobre as controladas e negócios em conjunto

- Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

- QGEP Netherlands B.V.

A QGEP Netherlands, controlada integral da Queiroz Galvão Exploração e Produção (“QGEP”), com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, com o capital social de US\$1.000. QGEP Netherlands é uma companhia holandesa de capital fechado e tem como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comercial; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas as atividades descritas. A controlada encontra-se em atividade pré-operacional em 3 de março de 2013 não auferindo receitas.

- Atlanta Field B.V.

A Atlanta Field B.V. (“AFBV”), controlada indireta da Queiroz Galvão Exploração e Produção (“QGEP”) e direta da QGEP Netherlands B.V. com os sócios OGX Netherlands Holding B.V. e FR Barra 1 S.À R.L., é uma companhia holandesa de capital fechado e tem como objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da Área de Concessão e, ainda, adquirir, administrar, operar equipamentos, incluindo a equipamentos registrados para apoiar as atividades declaradas da Companhia.

11. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização %	Consolidado		31/12/2012	
		31/03/2013			
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
Segmento corporativo					
Móveis e utensílios	10%	685	(136)	549	552
Veículos	20%	900	(236)	664	634
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.346	(628)	718	933
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	1.248	(338)	910	784
Adiantamento para aquisição imobilizado	-	<u>1.501</u>	<u>-</u>	<u>1.501</u>	<u>635</u>
Subtotal		<u>5.680</u>	<u>(1.338)</u>	<u>4.342</u>	<u>3.538</u>
Segmento de <i>upstream</i>					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	299.304	-	299.304	296.920
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)	(iii)	16.844	(12.531)	4.313	4.723
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv)	-	18.023	-	18.023	14.097
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>806.615</u>	<u>(374.429)</u>	<u>432.186</u>	<u>453.910</u>
Subtotal		<u>1.140.786</u>	<u>(386.960)</u>	<u>753.826</u>	<u>769.650</u>
Total		<u>1.146.466</u>	<u>(388.298)</u>	<u>758.168</u>	<u>773.188</u>

(i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.

(ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manatí, o qual já está em fase de produção.

(iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota explicativa 19(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

(iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.

Custo	Consolidado					Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais - em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	
Saldo em 31/12/2012	4.545	296.920	16.844	14.097	805.667	1.138.073
(+) Adições do período (a)	<u>1.135</u>	<u>2.384</u>	-	<u>3.926</u>	<u>948</u>	<u>8.393</u>
Saldo em 31/03/2013	<u>5.680</u>	<u>299.304</u>	<u>16.844</u>	<u>18.023</u>	<u>806.615</u>	<u>1.146.466</u>

- (a) Principais adições referem-se ao BM-S-8 no montante de R\$1.793 e BS-4 no montante de R\$3.529, que incluem gastos com serviços de perfuração.

Depreciação e amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração de recursos naturais	Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	Total
Saldo em 31/12/2012	(1.007)	(12.121)	(351.757)	(364.885)
(+) Adições do período	<u>(331)</u>	<u>(410)</u>	<u>(22.672)</u>	<u>(23.413)</u>
Saldo em 31/03/2013	<u>(1.338)</u>	<u>(12.531)</u>	<u>(374.429)</u>	<u>(388.298)</u>

12. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	Custo	Amortização	31/03/2013	31/12/2012
Aquisição de concessão exploratória (i)	529.399	-	529.399	529.399
Bônus de assinatura (ii)	4.364	-	4.364	4.364
Software	<u>3.240</u>	<u>(679)</u>	<u>2.561</u>	<u>2.367</u>
Total	<u>537.003</u>	<u>(679)</u>	<u>536.324</u>	<u>536.130</u>

- (i) Em 1º de junho de 2011, a controlada QGEP assinou com a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell") contrato de compra e venda de direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 (US\$175.000). A transferência dos direitos de participação da Shell para a QGEP foi aprovada pela ANP em dezembro de 2011. O consórcio é formado pela Petrobras (operadora), QGEP, Petrogal e Barra Energia. O pagamento de 10% do valor no montante de R\$27.687 (US\$17.500) da aquisição foi realizado no dia 15 de junho de 2011 e os outros 90% do montante de R\$247.732 (US\$157.500) da aquisição foram pagos no dia 15 de julho de 2011.

Adicionalmente, em 16 de agosto de 2011, a QGEP assinou com a Shell contrato de compra e venda de direitos de participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707 (US\$157.500). Em 16 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência de 30% dos direitos de concessão, bem como da operação dos campos Atlanta e Oliva (antigo BS-4) para a QGEP. O pagamento de 10% do valor no montante de R\$24.932 (US\$15.750) da aquisição foi realizado no dia 18 de agosto de 2011 e os outros 90% no montante de R\$243.130 (US\$141.750) da aquisição foram pagos no dia 2 de março de 2012, liquidando o saldo de contas a pagar em 31 de dezembro de 2011.

- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem as áreas de concessão em fase exploratória. A composição deste saldo está disponível para consulta na Nota Explicativa 19.

<u>Custo e amortização</u>	<u>Consolidado</u>			
	<u>Aquisição de concessão exploratória</u>	<u>Bônus de assinatura</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2012	529.399	4.364	2.367	536.130
(+) Adições (custo)	-	-	345	345
(-) Adições (amortização)	-	-	(151)	(151)
Saldo em 31/03/2013	<u>529.399</u>	<u>4.364</u>	<u>2.561</u>	<u>536.324</u>

13. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

O processo considerado como perda possível não foi provisionado nas informações financeiras trimestrais é a Execução Fiscal decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$534. A Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) sucessora por incorporação da Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

14. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e aprovadas pelos consorciados, conforme notas explicativas 2.10 e 3.2.5. Tal provisão reflete a estimativa dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, com: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção.

Movimentação da Provisão para Abandono no período findo em 31 de março de 2013:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	116.462
Variação cambial do período	<u>(1.692)</u>
Saldos em 31 de março de 2013	<u>114.770</u>

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>01/01/2013</u>	<u>01/01/2012</u>
	<u>a 31/03/2013</u>	<u>a 31/03/2012</u>
Receita bruta	<u>166.363</u>	<u>124.232</u>
PIS	(2.667)	(1.997)
COFINS	(12.286)	(9.198)
ICMS	(14.800)	(13.851)
Descontos - reduções contratuais	<u>(4.711)</u>	<u>(3.199)</u>
Total de deduções	<u>(34.464)</u>	<u>(28.245)</u>
Receita líquida	<u>131.899</u>	<u>95.987</u>

16. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

16.1. Custos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>01/01/2013</u>	<u>01/01/2012</u>
	<u>a 31/03/2013</u>	<u>a 31/03/2012</u>
Custos de extração	(10.749)	(11.049)
<i>Royalties</i> e participação especial	(13.006)	(8.951)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.664)	(1.242)
Amortização e depreciação	<u>(23.082)</u>	<u>(17.075)</u>
Total	<u>(48.501)</u>	<u>(38.317)</u>

16.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	01/01/2013 a 31/03/2013	01/01/2012 a 31/03/2012
Pessoal	(560)	(441)
Serviços contratados de terceiros	(103)	(51)
Seguros	-	(204)
Impostos e taxas	(8)	(3)
Anúncios e publicações	(234)	(198)
Outras despesas	(46)	(36)
Total	(951)	(933)

	Consolidado	
	01/01/2013 a 31/03/2013	01/01/2012 a 31/03/2012
Pessoal	(13.730)	(9.364)
Serviços contratados de terceiros	(1.826)	(1.028)
Seguros	(243)	(228)
Impostos e taxas	(1.395)	(306)
Anúncios e publicações	(354)	(263)
Patrocínio	(46)	-
Serviços compartilhados	(232)	(341)
Depreciação	(482)	(233)
Manutenção	(196)	(178)
Outras despesas diversas	(1.684)	(862)
Alocação projetos E&P (a)	3.467	2.130
Total	(16.721)	(10.677)

- (a) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas ao Bloco BS-4, o qual a Companhia é operadora com 30% de participação, sendo o remanescente relacionado aos seus parceiros.

17. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. Do montante de R\$13.525 em 31 de março de 2013, R\$1.428 referem-se aos gastos exploratórios de poços que não apresentaram zonas potencialmente produtoras e R\$9.761 refere-se basicamente a sísmica referente as novas aquisições. Do saldo de R\$3.037 em 31 de março de 2012, R\$429 refere-se basicamente a sísmica referente às novas aquisições. .

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	01/01/2013	01/01/2012
	<u>a 31/03/2013</u>	<u>a 31/03/2012</u>
Juros de aplicações financeiras	8	63
Despesas financeiras	<u>3</u>	(53)
Total	<u>11</u>	<u>10</u>
	Consolidado	
	01/01/2013	01/01/2012
	<u>a 31/03/2013</u>	<u>a 31/03/2012</u>
Juros de aplicações financeiras	17.079	27.340
Juros de empréstimos e financiamentos e despesas financeiras (a)	(467)	(2.435)
Variações cambiais, líquidas:		
Empréstimos	-	-
Derivativos (b)	12	(11.490)
Provisão para abandono	1.692	3.065
Contas a pagar - Atlanta e Oliva (BS-4) (c)	-	22.773
Outros	<u>29</u>	<u>-</u>
Total	<u>18.345</u>	<u>39.252</u>

(a) O saldo em 31 de março de 2012 está líquido de R\$244 de bônus de adimplência conforme previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.

(b) Em 2011 a Companhia contratou instrumentos derivativos, NDF's (Non Deliverable Fowards) no valor nocional total de US\$70.000, com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar em relação ao valor a pagar em reais, referente a aquisição de 30% do bloco BS-4. Em 2 de março de 2012 a Companhia efetuou o pagamento complementar de 90% do preço de aquisição e com isso, liquidou os instrumentos derivativos (NDFs).

(c) Conforme citado na Nota Explicativa 12, reflete o efeito de variação cambial sobre o passivo decorrente da aquisição da participação no BS-4.

19. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Desativado	Santos	Coral	15/09/2000	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	15
				Panoro Energy	35
				Brasoil	15
Desenvolvimento e Produção	Camamu BCAM-40	Manati Camarão Norte	06/08/1998	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	45
				Panoro Energy	10
				Brasoil	10
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	06/08/1998	Petrobras (i)	40
				Barra Energia Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30 30
Exploração	Camamu-Almada	BM-CAL-5	28/09/2001	Petrobras (operador) Queiroz Galvão Exploração e Produção	72,5 27,5
	Camamu - Almada	CAL-M-312	24/11/2004	Petrobras (operador)	60
		CAL-M-372		Queiroz Galvão Exploração e Produção EP Energy	20 20
	Campos	BM-C-27 (ii)	26/11/2003	Petrobras (operador) Queiroz Galvão Exploração e Produção	70 30
	Santos	BM-S-12	29/08/2001	Petrobras (operador)	70
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
	Santos	BM-S-8	15/09/2000	Petrobras (operador)	66
				Petrogal Barra Energia Queiroz Galvão Exploração e Produção	14 10 10
Jequitinhonha	BM-J-2	02/09/2002	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100	

(i) Em processo de transferência pela ANP para OGX.

(ii) Em processo de transferência pela ANP no total de 30% para QGEP.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Coral	-	2000	-	43,915	8,5%	200,00	400,00	2.000,00
BM-S-12	-	2001	1.596	2.058,720	10%	435,52	871,04	4.355,20
BM-CAL-5	-	2001	1.146	341,700	10%	152,43	304,86	1.524,30
BM-J-2	16,2	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-312	2,2	2004	205	745,851	10%	239,00	478,00	2.390,00
CAL-M-372	9,3	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
BM-S-8	-	2000	-	2.432,2	10%	396,02	792,04	3.960,20
BM-C-27	-	2003	-	257,888	10%	610,61	1.221,22	6.106,10
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>27,7</u>			<u>4.364</u>				

Em 31 de março de 2013, os compromissos remanescentes relativos a Programas exploratórios mínimos, (“PEM”) das concessões mencionadas na nota explicativa 1, compreendem a perfuração de 2 poços pioneiros, um no BM-J-2 e um no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), previstos para realização em 2013 e 2014, respectivamente. Os compromissos com avaliação de descoberta compreendem: (i) a perfuração de um poço no BM-CAL-5, prevista para o final de 2014, (ii) perfuração de um poço, a realização de um teste de formação e de um teste de longa duração contingente no BM-S-8, (iii) perfuração de um poço no BM-C-27, previsto para 2014, e (iv) reentrada e possível aprofundamento e avaliação do poço 1-SCS-13, no BM-S-12. O poço do BM-J-2 foi iniciado em 2011, mas devido a condicionantes ambientais, que restringem as operações na região em determinados períodos do ano, teve que ser interrompido temporariamente acerca de 2.540 metros de profundidade, restando cerca de mais 2.160 metros a serem perfurados.

A controlada QGEP detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de suas instalações. Em 31 de março de 2013, o montante da provisão de abandono é de R\$114.770 (Nota explicativa 14).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEP (empresa que incorporou a Manati):

- Royalties- Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o período findo em 31 de março de 2013 foram provisionados R\$9.876 de royalties referentes à produção do campo Manati no período, dos quais R\$3.480 permanecem no passivo a pagar. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.
- Participação especial- A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o período findo em 31 de março de 2013 foram provisionados R\$3.130 de participação especial, esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$3.130 permanecem no passivo a pagar.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão- Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R\$28 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais.

b) Informações sobre as reservas (não auditadas pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	Reserva <u>total campo</u> MMm ³ (não auditado)
Reserva provada estimada em 31/03/2013 (*)	<u>11.395</u>

(*) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia.

A reserva provada foi estimada a partir da reserva certificada em 2011 e deduzidas das produções mensais até o referido período.

c) Garantias

Em 31 de março de 2013, o Grupo possui garantias, através de carta de fiança e de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - ANP no total de R\$27.688 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração.

20. COMPROMISSOS

Em 31 de março de 2013 o Grupo, possuía contratado junto aos fornecedores que envolvem prestação de serviços de consultoria técnica, fornecimento de materiais e fornecimento e operação de equipamentos com vencimentos diversos para campanha exploratória em um montante de aproximadamente R\$113.137 (*) que serão desembolsados até o até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(*) Este montante representa a participação da QGEP nos consórcios

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas.

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos” em 31 de março de 2013. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31/03/2013			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito (i)	-	-	27.690	27.690
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	2.277	2.277	161.007	161.007
Contas a receber (ii)	-	-	101.152	101.152
Valor justo por meio do resultado				
Equivalente de caixa (iii)	-	-	513.128	513.128
Aplicações financeiras (iii)	-	-	360.200	360.200
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores (ii)	328	328	36.231	36.231
Partes relacionadas	-	-	252	252

O CPC 46 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2:

- (i) Saldo mensurado ao custo amortizado, conforme Nota explicativa 2.20.
 - (ii) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
 - (iii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	<u>328</u>	<u>328</u>
Total	<u>328</u>	<u>328</u>
	Consolidado	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	36.231	36.231
Partes relacionadas	<u>252</u>	<u>252</u>
Total	<u>36.483</u>	<u>36.483</u>

- d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras (95,4% em 31 de março de 2013 e 96,3% em 31 de março de 2012). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em vista que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como *Investment Grade*, é controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foi registrada perda com créditos junto ao cliente Petrobras, nem no período findo em 31 de março de 2013.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31.03.2013</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
Taxa efetiva em 31 de março de 2013			7,01%	7,01%	7,01%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras efetivo	873.328	Redução do CDI	873.328	873.328	873.328
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2013			7,81%	5,86%	3,91%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras - estimado		Redução do CDI	941.535	923.151	904.768
Receita estimada para o período de 12 meses subsequentes			68.207	49.823	31.440
Efeito estimado na receita de aplicações financeiras para o período de 12 meses subsequentes:				(18.383)	(36.767)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 19 de abril de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31.03.2013</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - deterioração de 50%</u>
Taxa efetiva em 31 de março de 2013			7,01%	7,01%	7,01%
Caixa restrito:	27.690		27.690	27.690	27.690
Fundo da provisão de abandono	27.690	Redução do CDI	27.690	27.690	27.690
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2013			7,81%	5,86%	3,91%
Caixa restrito:			29.852	29.269	28.697
Fundo da provisão de abandono	27.690	Redução do CDI	29.852	29.269	28.697
Receita estimada para o período de 12 meses subsequentes			2.162	1.579	1.007
Efeito estimado na receita de aplicações financeiras para o período de 12 meses subsequentes:				(583)	(1.154)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 19 de abril de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes do aumento das taxas de câmbio sobre as transações indicadas em moeda estrangeira.

Seguindo a Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia, que tem o objetivo de mitigar a exposição da QGEP à riscos não inerentes a atividade de Exploração e Produção de Óleo e Gás, a Administração optou por proteger parte do valor a pagar em reais na aquisição de dados sísmicos, indexado ao dólar, utilizando instrumentos derivativos. O instrumento contratado para aquisição foi uma opção de compra de ações (*call option*) no valor nominal de US\$601. Foi pago um prêmio de R\$55 pela compra da Opção, cujos termos e disposições aplicáveis são os seguintes:

Data da Negociação:	2 de agosto de 2012
Moeda de Referência:	USD
Vendedor da Opção de Moeda:	Banco Itaú BBA S.A.
Estilo de Opção de Moeda:	Européia
Tipo de Opção de Moeda:	Opção de Compra de USD
Valor Nominal da Moeda de Referência:	USD601
Preço de Exercício:	2.27R\$/USD
Data de Vencimento:	28 de agosto de 2013
Data de Exercício:	28 de agosto de 2013
Data de Liquidação:	28 de agosto de 2013
Prêmio:	R\$55
Data do Pagamento de Prêmio:	2 de agosto de 2012

<u>Operação de termo de moeda</u>	<u>Taxa</u>	<u>31 de março de 2013</u>	
		<u>Valor nominal</u>	<u>Valor justo</u>
		<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<i>Call Option</i>	USD	1.210	7 (a)

- (a) O valor justo está contabilizado na conta de Outros (ativo circulante). No período findo em 31 de março de 2013 o efeito devedor no resultado foi de R\$12.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma valorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia e transações indexadas em dólar norte - americano.

	<u>Risco</u>	<u>Consolidado</u>			
		<u>31/03/2013</u>			
		<u>Cenário provável (a)</u>		<u>Cenário</u>	
		<u>Saldo em USD</u>	<u>Saldo em R\$</u>	<u>Possível (25%)</u>	<u>Remoto (50%)</u>
Dólar efetivo em 31 de março de 2013			2,0138	2,0138	2,0138
<u>Operação</u>					
Provisão para abandono	Alta do US\$	56.992	114.770	114.770	114.770
<i>Call option</i>	Alta do US\$	601	<u>1.210</u>	<u>1.210</u>	<u>1.210</u>
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2013			2,00	2,50	3,00
Provisão para abandono	Alta do US\$	56.992	113.984	142.480	170.976
<i>Call option</i>	Alta do US\$	601	<u>1.202</u>	<u>1.503</u>	<u>1.803</u>
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real:					
Resultado estimado para o período de 12 meses subsequentes			795	(28.797)	(57.593)
Efeito estimado no resultado financeiro para o período de 12 meses subsequentes				(29.591)	(58.388)

- (a) Cenário provável da taxa de câmbio (US\$) para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 19 de abril de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$1.317.460 passando dos atuais R\$620.417 para R\$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$197.619 passando dos atuais R\$1.937.877 para R\$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEP Participações S.A. ("Prospecto Definitivo").

O capital social integralizado da Companhia em 31 de março de 2013 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de março de 2013 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações ordinárias	% de participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	75.825.364	28,5
Ações em tesouraria	3.588.956	1,4
Administradores	<u>326.706</u>	<u>0,1</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	01/01/13 a 31/03/13	01/01/12 a 31/03/12
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>		
Numerador:		
(Prejuízo) lucro líquido do período	65.725	69.246
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>262.218</u>	<u>265.807</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,25</u>	<u>0,26</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 31 de março de 2013 as opções de ações estão *out of money*, e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2013, 2012 e 2011, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes Planos de 2013, 2012 e de 2011 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações 14/03/2013	Planos de opções de compra de ações 29/05/2012	Planos de opções de compra de ações 26/03/2012	Planos de opções de compra de ações 29/04/2011
Data da reunião do Conselho de Administração	11/03/2013	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas	2.307.096	550.000	1.941.517	1.097.439
Preço de exercício da opção	R\$12,83	R\$12,81	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$4,11	R\$3,87	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	43,92%	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	1,89%	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	3,81%	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de março de 2013 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	-	-
Concedidas no período - 29/04/2011	<u>1.097.439</u>	<u>19,00</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011	1.097.439	19,00
Concedidas no período - 26/03/2012	1.941.517	14,17
Concedidas no período - 28/05/2012	<u>550.000</u>	<u>12,81</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>15,33</u>
Concedidas no período - 11/03/2013	<u>2.307.096</u>	<u>12,83</u>
Opções em circulação em 31 de março de 2013	<u>5.896.052</u>	<u>14,70</u>

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de março de 2013 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em mar/2013	Maturidade remanescente média em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em mar/2013	Preço de exercício médio
Plano 2013	2.307.096	7	12,83	-	-
Plano 2012 - 2ª outorga	550.000	7	12,81	-	-
Plano 2012 - 1ª outorga	1.941.517	7	14,17	-	-
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	219.488	19,00

Para o período findo em 31 de março de 2013, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$2.630, sendo R\$815 do plano de 2011, R\$1.311 da 1ª outorga do plano de 2012, R\$274 da 2ª outorga do plano de 2012, e R\$230 da outorga do plano de 2013, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

23. AÇÕES EM TESOURARIA

Em abril de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 1.097.439 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2012. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 24 de abril de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em julho de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 2.699.826 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2011. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 09 de julho de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do período		
Outorga de opção de compra de ações 2011	1.097.439	9.107
Outorga de opção de compra de ações 2012	<u>2.491.517</u>	<u>29.792</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>38.899</u>
Outorga de opção de compra de ações 2013	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>3.588.956</u>	<u>38.899</u>

(*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	<u>31/03/2013</u>
Médio ponderado	11,22
Mínimo	7,88
Máximo	13,98

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do período era o seguinte:

	<u>31/03/2013</u>
	<u>Ordinárias</u>
Quantidade de ações em tesouraria	3.588.956
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	<u>11,99</u>
Valor de mercado (R\$ mil)	<u>43.032</u>

A quantidade de ações em tesouraria representa 1,35% do total de ações ordinárias em poder da Companhia em 31 de março de 2013.

24. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
		<u>Mar-13</u>
Responsabilidade civil geral	21/01/2014	294.299
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2014	<u>1.187.758</u>
Total		<u>1.482.057</u>

Os seguros foram renovados em 2013, com o vencimento das novas apólices para 21 de janeiro de 2014.

25. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$289 em 31 de março de 2013 (R\$75 em 31 de março de 2012), reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

26. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Plano de opções de ações	2.630	1.476
Dividendos a receber - declarados e não recebidos	-	28.781

27. SAZONALIDADE

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período, exceto em áreas exploratórias que apresentam restrições ambientais em determinados períodos do ano.

28. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas e autorizadas para arquivamento junto a CVM pelo Conselho de Administração em 6 de maio de 2013.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) A previsão da Companhia é que durante o ano de 2013, a produção média diária de Manati se situa entre os níveis de 5,5 MMm³ e 6,0 MMm³, incluindo os efeitos da manutenção programada já realizada este ano. Esta manutenção foi concluída em abril de 2013, quando as atividades da planta de tratamento de gás foram interrompidas durante 20 dias, sendo importante ressaltar que a QGEP não será multada devido a esta parada na produção. Uma manutenção adicional, que inclui a pintura da plataforma, está prevista para o quarto trimestre, mas não deverá afetar a produção do Campo.

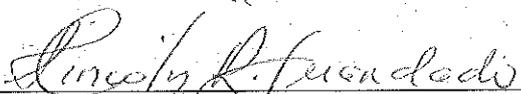
A parte que cabe à QGEP dos custos totais de manutenção em 2013 está estimada em R\$40 milhões, sendo que metade do valor será reconhecida no segundo trimestre, e a outra metade, no quarto trimestre de 2013.

- (ii) Em 06 de maio de 2013, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o terceiro programa de recompra de até 2.307.096 ações de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação. Tal programa tem como principal objetivo a implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações - 2013 da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa 22-iii.
-

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2013 e 31 de março de 2013.

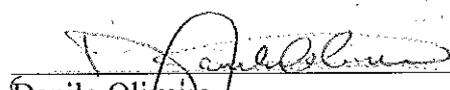
Rio de Janeiro, 6 de maio de 2013.



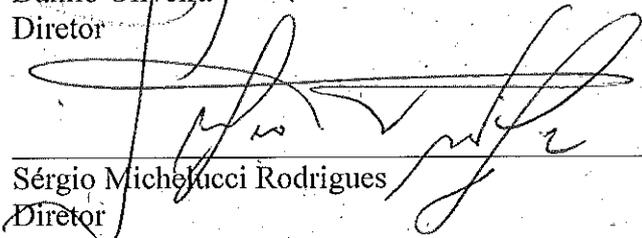
Lincoln Rumenos Guardado
Diretor-Presidente



Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretora Financeira e de Relações com Investidores



Danilo Oliveira
Diretor



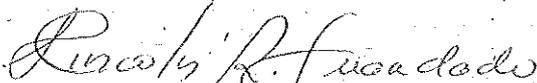
Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor



DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2013 e 31 de março de 2013.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2013.



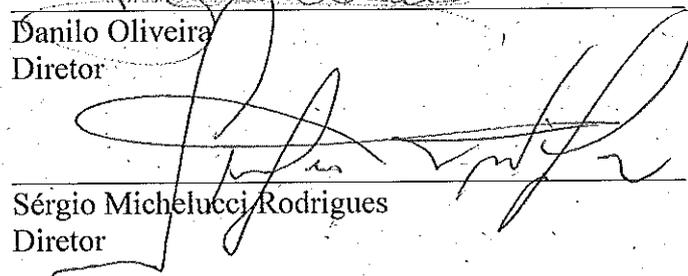
Lincoln Rumenos Guardado
Diretor-Presidente



Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretora Financeira e de Relações com Investidores



Danilo Oliveira
Diretor



Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor

